



Cadernos NAUI

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Dossiê Patrimônio Cultural: Interfaces e Temas Emergentes

V 14 | n 26 | jan-jun 2025

Compreendendo espaços aos quais pertencemos: leituras acerca do patrimônio e das memórias em nosso cotidiano

Fernando Souto Dias Neto



Edição eletrônica

URL: [NAUI - Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural \(ufsc.br\)](http://NAUI - Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural (ufsc.br))

ISSN: 2558 - 2448

Organização

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC

Referência Bibliográfica

DIAS NETO, Fernando Souto. Compreendendo espaços aos quais pertencemos: leituras acerca do patrimônio e das memórias em nosso cotidiano. Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 14, n. 26, p. 126-139, jan-jun 2025. Semestral.

© NAUI

Compreendendo espaços aos quais pertencemos: leituras acerca do patrimônio e das memórias em nosso cotidiano

Fernando Souto Dias Neto¹

Resumo

O presente estudo busca discutir uma nova leitura sobre o patrimônio histórico e cultural por meio das paisagens patrimoniais que se formaram ao longo do tempo. Com esse objetivo, problematiza-se a construção das matrizes culturais, com foco específico no contexto brasileiro, e examina-se o que constitui a diversidade presente hoje no território, especialmente em relação aos saberes e à materialização de espaços e outros elementos. Acredita-se que, ao observar o cotidiano de sujeitos, seja possível traçar a coexistência de uma multiplicidade de expressões salvaguardadas a partir de elementos e traços que configuram a cultura de nosso território. Articula-se, para tanto, estudos sobre patrimônio, memória e historiografia para analisar seus efeitos sociais.

Palavras-Chave: cultura; memória; patrimônio.

Abstract

The presente study seeks to discuss a new way of Reading the historical and cultural heritage, through the heritage landscapes that have been forging over time. With this aim, the formation of cultural matrices, here, in particular, in the Brazilian context, and what makes up the diversity that we have today in the territory in the knowledge and the materialization of Spaces and Other elements, is problematized. It is thus believed, with a glance to the daily life of subjects, that it is possible to trace the coexistence of a multiplicity of protected expressions, from elements and traits that shape the culture of our territory. Heritage, memories and historiographic studies are articulated in this section to deal with social effects.

Keywords: culture; memory; heritage.

¹Doutorando em História pelo PPGH-UFSM, bolsista CAPES/DS. E-mail: fernando.neto@acad.ufsm.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6552-0854>

Introdução

Para compreendermos o que chamamos de Paisagens Culturais, consideramos aquilo que vai muito além do que se vê tanto na égide urbana quanto nos cenários bucólicos, elementos do passado ou do tempo recente. A fim de definir e entender o que está por trás desses espaços, elencamos os pressupostos de alguns teóricos que tratam do patrimônio, seja ele edificado, memorado, ou um lugar que remete às múltiplas e plurais pedagogias que educam o olhar de sujeitos no seio social– de forma não tão recente –, mas que deve ser repaginado, bem como reforçado às diferentes e novas gerações.

Quando pensamos em patrimônio, é comum remetermos a palavra à monumentalização do passado, que, afinal, cumpre um papel importante nas sociedades, sendo fundamental como dispositivo de ativação de memórias; servindo como ponto de partida, basilar para pesquisas e estudos, configurando aquilo em que o sujeito deixou sua marca, materializada, na história dita oficial.

Lembramos que os monumentos – podemos incluir as edificações dos inúmeros espaços urbanos presentes em nosso país – revelam as paisagens que são autorizadas e preservadas, ora sendo aquilo que é da ordem do visível, ora daquilo que nem sempre é inteligível². O monumento, na perspectiva que orienta este estudo, merece ser pensado, interrogado, problematizado, enfim, decodificado em nome de uma população que se atualiza, se renova e vem a se deparar com as marcas do passado que criam elos com o presente materializado.

Assim surgiram as cidades, espaços com concentração de populações, grupos sociais, conglomerados que se tornaram funcionais àqueles que por ali passavam, se instalavam, mas, acima de tudo, que se debruçaram sobre esses elementos materiais os quais serviam de registros sobre si e sobre os seus. Em tempo, manifestações e expressões culturais configuraram o papel da sociedade, mesmo que inconscientemente – sem tirar o caráter de ciência ao se pensar historiograficamente. A humanidade deixava e deixa suas marcas em diferentes territórios, com suas identificações ou não, cuja autoria infere-se pela livre associação.

² “No que diz respeito às propostas institucionais para a proteção das paisagens culturais, é no interior da Unesco, em 1992, que a paisagem cultural é criada como uma categoria específica do patrimônio cultural. Alguns anos depois, em 1995, Conselho da Europa também regulamentou a sua proteção, em um território europeu, por meio da Recomendação R (95) 9 e, posteriormente, pela Convenção Europeia da Paisagem, em 2000. Já no Brasil, ela foi incorporada como nova categoria de patrimônio cultural pela Portaria no. 127 de 2009, do IPHAN, a mesma que instituiu um novo instrumento jurídico para sua proteção, denominado de chancela” (IPHAN, 1992, s/p.).

Uma questão interessante sobre a qual nos debruçamos são as relações estabelecidas entre os sujeitos cidadãos e os espaços que ocupam. Destacamos que aqui elencamos os espaços que constituem paisagens urbanas, pois é onde perpassa a questão dos núcleos urbanos, com a problemática que vai ao encontro da compreensão acerca dos jogos de significados que os que ali estão e circulam atribuem ao patrimônio local. Dessa forma, faz-se necessário investir saberes, em espaços formais e não-formais, para que se reforce e mostre memórias que se tornaram e se tornam elementos que forjam e fazem parte das múltiplas culturas e identidades que constituem uma nação ou comunidade.

Para ler o patrimônio além das bordas

Diante de uma visão sobre a história mais ampliada, que focaliza um modelo mais fragmentado, em que cada um desses elementos (memória e patrimônio) remonta uma matriz que corresponde a uma nação, fazemos alusão a um espaço diverso, repleto de matrizes, como um ponto de encontro. Nessa direção, pensamos os desafios com os quais nos deparamos, como rivalizações entre identidades, culturas e subjetividades. Buscamos, assim, compreender o olhar dos sujeitos a partir dos lugares em que estão inseridos.

Segundo Bruno Latour (2013, p. 122),

[...] Nós, ocidentais, somos completamente diferentes dos outros”, este é o grito de vitória ou a longa queixa dos modernos. A Grande Divisão entre Nós, os ocidentais, e Eles, todos os outros, dos mares da China até o Yucatán, dos inuit aos aborígenes da Tasmânia sempre nos perseguiu. Não importa o que façam, os ocidentais carregam a história nos cascos de suas caravelas e canhoneiras, nos cilindros de seus telescópios e nos êmbolos de suas seringas de injeção. Algumas vezes carregam este fardo do homem branco como uma missão gloriosa, outras vezes como uma tragédia, mas sempre como um destino.

A problemática se aprofunda quando assinalamos que ancoramos as leituras de mundo através de teorias que emergiram em detrimento de outras; pondo à borda determinados elementos e saberes sociais sem os quais não teríamos a sociedade atual, fazendo com que algumas dessas teorias não componham nosso repertório. Conforme Boaventura de Sousa Santos (2022, p. 52), propõe-se uma nova forma de se analisar as sociedades atuais,

Por um lado, as ES [epistemologias do sul] promovem a recuperação dos saberes populares e vernaculares mobilizados nas lutas, que nunca foram reconhecidos pelo conhecimento científico ou acadêmico – quer se trate da filosofia, das artes ou das ciências humanas e sociais – como contribuições relevantes a uma melhor compreensão do mundo.

Muitos elementos que se tornaram materialidade na história, por sua vez, vieram a perpetuar memórias, materializadas no patrimônio, monumentalizando um pensamento dominante, que comumente afasta outros do protagonismo. Para isso, vemos como uma tarefa emergente a (re)escrita da história, a fim de problematizar a voz de uma parcela dita como oficial e que acaba excluindo o não-dito, o não-escrito, outras existências.

Cabe dizer que o olhar que se lança ao patrimônio vem sendo reproduzido por órgãos que muito se sustentam em teorias que não conseguem dar conta de problemáticas atuais.

[...] a visão protetora de conjuntos de bens culturais urbanos tem uma abrangência maior, procurando, antes de tudo, interpretações de caráter social, procurando, antes de tudo, indagações possíveis atinentes à antropologia cultural, à história, à política, à economia, à geomorfologia, à arquitetura etc. A cidade tem que ser encarada como um artefato, como um bem cultural qualquer de um povo (Lemos, 2023, p. 48).

As consequências levam à reprodução de narrativas que reverberam elementos dominantes, que deveriam ser questionados, reelaborados ou desmistificados. Para tanto, ressaltamos a importância de novas leituras, utilização de maneira mais crítica das fontes, buscando outros vieses. Com o tempo, para Márcia Chuva (2012), há uma preocupação quanto à salvaguarda de elementos que representam sociedades que até então foram apagadas ou lançadas ao esquecimento.

Para realização dessas novas funções, incorporadas aos antigos órgãos de patrimônio cultural, foi necessário estabelecer procedimentos e acionar novos dispositivos, por meio da incorporação de temas clássicos das ciências sociais em geral (tais como a cultura popular ou a cultura indígena), que passaram a ser analisados e tratados sob a ótica da patrimonialização (Chuva, 2012, p. 68).

Assim, perguntamo-nos quais elementos podem vir a ser enunciados como patrimônio? Entendemos que a necessidade de salvaguarda de elementos comuns, atribuídos a sujeitos históricos do passado e do presente, estabelece elos; nesse movimento, nós nos identificamos com esses elementos e enquanto membros de um Estado-nação. No entanto, a salvaguarda de certos elementos e populações e grupos sociais, tem efeitos no social, apontando quais momentos e elementos são legitimados e quais sofrem apagamento. Portanto, vemos os litígios entre as memórias, que estabelecem regimes de diferenciação. Jacques Le Goff (2021) afirma que há a necessidade da humanidade em demarcar os períodos do tempo, conforme os acontecimentos e feitos que acabam ecoando no tempo recente.

A ligação com o passado começa por adquirir formas inicialmente exasperadas, reacionárias; depois, a segunda metade do século XX, entre a angústia atômica e a euforia do progresso científico e técnico, volta-se para o passado com nostalgia e, para o futuro, com temor ou esperança (Le Goff, 2021, p. 209).

Ora, entendemos que o Brasil, assim como outros territórios, passa por uma série de processos de colonização, exploração e invasão, o que gera e repercute na manifestação dominante de uma cultura minoritária. Com o desenrolar dos séculos, algumas matrizes (principalmente europeias colonizadoras) culturais e de pensamento acabaram sendo perpetuadas, seus modos de trabalho, práticas culturais, ações no cotidiano, práticas de ensino etc. A ascensão de uns e o apagamento de outros – a eliminação do outro, não apenas física, mas também culturalmente –, faz com que o patrimônio histórico e cultural que se fortalece e se mantém tenha efeitos de disputa.

A definição de patrimônio, por Pedro Paulo Funari e Sandra Pelegrini (2006), resgata correntes de pensamento ocidentais, que outrora refletiam no modo de se enunciar, mas que se perpetuam até os dias de hoje no Brasil.

A semelhança dos termos – *pater*, *patrimonium*, *familia* – porém, esconde diferenças profundas nos significados, já que a sociedade romana era diversa da nossa. A *familia* compreendia tudo que estava sob domínio do senhor, inclusive a mulher e os filhos, mas também os escravos, os bens móveis e imóveis, até mesmo os animais. Isso tudo era o *patrimonium*, tudo que podia ser legado por testamento, sem excetuar, portanto, as próprias pessoas (Funari; Pelegrini, 2014, p. 11).

A educação do olhar, a leitura de mundo, a perpetuação de políticas públicas culturais que remontam à ideia de patrimônio no Brasil enuncia os anseios da racionalidade europeia. Diante disso, as questões levantadas em espaços de educação, formais ou informais, acabam se enveredando para um processo demarcatório, muitas vezes excludente e de conflito entre expressões culturais. Com esse cenário exposto, faz-se necessário aferir às diferentes gerações, conforme o que é trazido por Simone Scifoni (2017), que promove experiências significativas a fim de proporcionar experiências singulares a serem desenvolvidas em relação ao patrimônio.

“Conhecer para preservar” se encaixa neste jargão de ideias do passado utilizadas como verdades absolutas no presente, e que além de despolitizar o debate em educação patrimonial, impedem a realização de avanços na área. [...] Tal experiência, que já vinha acontecendo nos países da Europa, ou seja, a preservação do patrimônio, era inédita no Brasil e, neste sentido, era preciso esclarecer à população sobre a sua importância frente às condições daquele momento de franca expansão urbana-industrial, modernização e implantação de novas infraestruturas e, com isso, destruição do patrimônio (Scifoni, 2017, p. 7).

Os aportes utilizados no ensino, quando nos colocamos em meados dos anos 2000, reproduzem elementos que trazem uma escrita específica, uma memória reproduzida pelo viés dominante, apesar de haver um movimento descolonizador do patrimônio, que vem a incorporar abordagens que ainda assim estão à borda das preocupações. Contemplar as paisagens³ patrimoniais, entendendo que os territórios são formas de interação entre os sujeitos, portanto, fazem parte do seu cotidiano assim como suas formas de troca, assinala que também é necessário um desenvolvimento para a salvaguarda e pertença dos saberes que emergem nos espaços.

Em educação patrimonial temos em muitos bairros exemplares que compõem uma paisagem com uma delimitação espacial, com características próprias, fruto de uma cultura que lhe permitiu se desenvolver neste território, como também alguns saberes e fazeres que se consolidaram neste lugar e que dialogam com a materialidade, que mantém uma tradição e preservam aspectos de identidade cultural na localidade (Franco, 2019, p. 119).

Com essas breves definições acerca do patrimônio e suas respectivas manifestações, é possível entender a necessidade de se atender às populações, de forma que se comunique e informe a respeito do que tange o patrimônio, as gerações e grupos sociais, apontando criticamente esses elementos que emergem das sociedades e que dizem muito sobre o meio em que estão inseridos. O patrimônio entendido como fluído, de forma plural e transitória, vai ao encontro de premissas que estabelecem que a cultura e a diversidade coexistem, porém, necessitam de um trabalho conjunto para que múltiplas expressões tenham espaço e possam interagir com os sujeitos que transitam pelos territórios.

Entre narrativas e memórias: rastros de escritas pelo patrimônio

Com a ideia de entender para além das bordas, aquilo que está fora das molduras, atentando aos eixos que ditam o que é e o que não é tido como cultura, seja ela de um grupo, ou o patrimônio étnico de uma civilização, conjugamos o papel do historiador/pesquisador. Observamos as formas que dão visibilidade às múltiplas e plurais narrativas, que, por ora, se concentram nas mãos daqueles que historicamente se inserem nas narrativas ditas oficiais, e, não raro, acabam reproduzindo saberes e verdades condizentes com o olhar dominante.

³ “Como definição, a chancela de Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores” (IPHAN, 1992, s/p.).

A ordem do dizível possibilitada pelos sujeitos, aqueles que Paul Ricouer (2010) elenca como os que detêm o poder da caneta, os chamados letrados, em muitos episódios, se convertem em fatos. Fatos tidos como escrita de uma história oficial, na qual se ocultava os mortos, os vencidos, os subalternizados, enfim, aqueles que em algum momento não tinham o poder de registrar ou promover uma escrita que fosse legitimada e passível de ser reproduzida.

Os papéis que a história assume dão pistas sobre aquilo que está fora das molduras da história, aquilo que não é tratado no centro das preocupações, deixando narrativas “oficiais” isentas de crítica, que vieram a ser totalizantes, reforçando a ideia de que há uma história única, a oficial. Para Jeanne Marie Gagnebin (2009, p. 54), as leituras que se utilizam de narração, narrativa, narrador, seja na ação, na forma com que se constitui, ou o próprio sujeito emissor do discurso, atenta-se para: “Deve muito mais apanhar tudo aquilo que é deixado de lado como algo que não tem significação, algo que parece não ter nem importância nem sentido, algo com que a história oficial não sabe o que fazer”.

Para a autora, o sofrimento, aquilo que muitas vezes é indizível, e ao mesmo tempo inegável, coloca em xeque as humanidades, levando à sua crise. Em outro momento, o apagamento daqueles sem nome, relegados ao anonimato na ação de escrita da história e na oficialização das narrativas, ocultam rastros. Não de forma ingênua, esses apagamentos, por consequência, duelam em meio à monumentalização de fatos, feitos e acontecimentos que reforçam narrativas chamadas oficiais.

No entanto, o esquecimento está associado à memória, como veremos nos dois itens seguintes: suas estratégias e, em certas condições, sua cultura digna de uma verdadeira *arsoblivionis* fazem com que não seja possível classificar, simplesmente, o esquecimento por apagamento de rastros entre disfunções ao lado da amnésia, nem entre as distorções da memória que afetam a sua confiabilidade (Ricouer, 2007, p. 435).

De forma inconclusiva, não nos faz mais sentido classificar ou categorizar, de forma a compartimentar a memória, o esquecimento, o qual pode ser enunciado no patrimônio histórico-cultural. Nessa direção, colocamos em questão as discussões que figuram o patrimônio, que carregam uma série de saberes que acabam gerando uma experiência àqueles que ali interagem, habitam e transitam.

A questão que vai da urbanização aos elementos bucólicos é observada no território brasileiro, um país que, em sua extensão, tido como continental, porventura compreende uma série de matrizes culturais, étnicas, uma gama da diversidade que aqui se encontra e injeta na cultura parte de suas trajetórias. A ligação estabelecida com o território em questão não passa

a ser apenas um cenário, um pano de fundo, mas algo que vai além de um reflexo do passado, sendo uma pertença da cultura e um elemento a ser compreendido como forma de reflexão, para que não ocorram apagamentos e esquecimentos.

Para Rafael Ribeiro (2020, p. 32), as paisagens culturais, enquanto um conceito, emerge através das preocupações da sociedade e sobre a cenários não estanques, ou seja, fixos e até mesmo engessados. Há uma necessidade de superar alguns elementos, como uma compartimentação, através de uma abordagem espacial, conforme o autor estabelece, em forma de pacto entre os agentes para novas formas de gerir o espaço⁴.

O papel da pesquisa historiográfica em memória e patrimônio remete à crítica desses elementos, os quais não se deixam apenas inserir pela materialidade, agregando outros formatos, e, por consequência, que o levam ao tombamento, além de dispositivos que regem sua salvaguarda. O exercício historiográfico, diante das formas com as quais se apresenta o patrimônio e as memórias, leva à investigação e às questões que estão fora, como os estudos que elencam as imaterialidades.

A materialização do patrimônio no cotidiano e o espaço urbano

Como traçado, escrito e registrado na história, os sujeitos, enquanto atuantes no processo histórico, deixam suas marcas em territórios, convertendo em espaços seus, seja pela utilidade, o culto, na forja de identidades e produção de cultura. Neste artigo, discutimos a inserção social do patrimônio nacional, para que se abra uma vereda que busque o olhar de um estrangeiro sobre a origem do local.

Segundo Michael Pollak (1992), a formação de lugares que cristalizam memórias acaba reforçando eventos e acontecimentos que foram marcantes para a humanidade e para determinados grupos sociais.

Além dos acontecimentos e das personagens, podemos finalmente arrolar os lugares. Existem lugares da memória, lugares particularmente ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal, mas também pode não ter apoio no tempo cronológico. [...] Na memória mais pública, nos aspectos mais públicos da pessoa, pode haver lugares de apoio à memória, que são os lugares de comemoração (Pollak, 1992, p. 202).

⁴ De acordo com a Unesco, a partir dos anos 2000, vindo a se materializar em 2007, através da Carta de Bagé, houve uma forma de chancela da paisagem cultural brasileira, com o intuito de englobar manifestações e expressões as quais estavam contidas na Constituição Federal democrática, além das já citadas na respectiva Carta, a emergência de edificações, lugares e espaços urbanos. Outras questões podem ser revisitadas, como a memória, em consonância com o meio ambiente, no ano de 2009, além de abarcar a sustentabilidade como fator de premissa para um trabalho fecundo.

Para isso, são expressivos os costumes que permanecem no cotidiano, o culto da materialidade, bem como as manifestações de forma edificada, edificando, monumentalizando e cristalizando eventos⁵. Parece haver uma forma de se eternizar eventos, fatos e acontecimentos com a monumentalização de feitos de determinadas etnias e personagens que se figuraram como caros pela história escrita pelos vencedores. A edificação e monumentalização, conforme Alois Riegl (2014), vem a ser uma forma de materialização através de monumentos, que falam sobre a história, grandes feitos, elementos que “vencem” ou carregam consigo intenções de escrever e registrar memórias ou narrativas. Tais elementos monumentalizados acabam se perpetuando ao longo dos tempos, ora sendo reproduzidos às próximas gerações.

Na medida em que se degradam, as ruínas tornam-se cada vez mais pitorescas quanto mais partes são sujeitas à dissolução; o seu valor de antiguidade, provocado pelas partes cada vez menos numerosas, com a crescente degradação fica cada vez menos extenso, sendo que as partes remanescentes atuam de forma mais insistente sobre o espectador (Riegl, 2014, p. 53).

O que se configura como patrimônio, memória, cultura, e constrói identidades nacionais, no contexto brasileiro, diz muito sobre a bricolagem de modelos eurocêtricos. Passando pelos impérios ultramarinos até chegarmos aos modelos políticos e sociais que temos e vivemos hoje, podemos observar mudanças e transformações cada vez mais rápidas ocorridas nas grandes estruturas. Há uma espécie de demanda pela chamada modernidade, ainda que tardia, porém, não superada. Diante disso, podemos estar atentos às formas de salvaguarda que se figuram, questionando quem elenca e seleciona o que se quer manter como memória para o futuro.

As práticas de conservação do patrimônio histórico e artístico nacional também constituíram, por sua vez, parte do processo de formação do Estado, porque serviram como catalisadoras de grupos regionais dispersos e de diferentes estratos sociais junto àqueles que centralizavam e organizavam essas práticas (Chuva, 2017, p. 343).

O modelo de sociedade e suas transformações não são demarcados apenas pelo e no consumo, que dita padrões, mas nas formas de produção de uma paisagem, por muitas identidades filiadas, colonizadas e que expõem a dominação dos traços europeus em detrimento de culturas originárias. Quando nos é dito que há uma forte demarcação do que é

⁵ Conforme a Constituição Federal de 1988, elementos urbanos, bem como intangíveis e que compõem a paisagem e o desenho arquitetônico das cidades passam a serem reconhecidos pelos artigos 215 e 216, onde se legitima a natureza material e imaterial de bens culturais.

patrimônio histórico e cultural pelas instituições, é preciso olhar para o que está fora. Tal como o papel da história, que vai além da escrita, que coloca no centro a ideia que se insere de maneira significativa para os grupos sociais que ali estão.

Justamente devido à situação anômala da cidade no mundo contemporâneo, a pesquisa histórica há de desempenhar uma função essencial também de natureza operativa: o esclarecimento do processo que levou à situação atual constitui na verdade uma premissa indispensável para abordar essa situação de maneira realista (Benevolo, 1991, p. 27).

A vivência dos sujeitos após a urbanização, a ocupação de territórios, bem como a instalação de imigrantes – sem esquecer a redução quase que total de matrizes originárias –, evidencia pelos enunciados um cotidiano que reverbera outra realidade do sujeito brasileiro. A fim de legitimar essas formas de dominação, mesmo que culturalmente, que vem a ser reproduzidas, cria-se uma forma de perpetuar memórias que foram inseridas com intuito de colonizar o território. Conforme as populações se estabeleciam nos espaços, também desenvolviam atividades em núcleos – convertendo-se em cidades –, estabeleciam relações, (re)produzindo cultura(s) nesses espaços. Françoise Choay (2017) pensa sobre como esses lugares passaram a ser compreendidos como espaços de fonte histórica:

A conversão da cidade material em objeto de conhecimento histórico foi motivada pela transformação do espaço urbano que se seguiu à revolução industrial: perturbação traumática do meio tradicional, emergência de outras escalas viárias e parcelares (Choay, 2017, p. 179).

Dessa maneira, desbravar a cidade, interagindo com ela, dissecando-a a fim de desvendá-la, parece ser uma forma de associá-la às culturas que se tornaram mais presentes em nosso território, local ou nacional. Os espaços ocupados dizem muito sobre os grupos que ali estão, sua origem, as transformações que causam nesses espaços. Elementos de materialização podem ser vistos nas edificações dos lugares, forjando cenários e uma atmosfera local, fazendo alusão à identidade e cultura daqueles sujeitos que ali se instalaram e permaneceram.

Boa arquitetura deve refletir a vida da época. E isto exige conhecimento íntimo das questões biológicas, sociais, técnicas e artísticas. Mas mesmo isso ainda não é suficiente. Para que todos esses ramos diferentes da atividade humana formem de novo uma unidade, são necessários caracteres fortes, e aqui terminam em parte os nossos meios de educação (Gropius, 2001, p. 27).

Assim, vemos que cidades, espaços urbanos e demais paisagens refletem hábitos, tradições e costumes que são caros para as populações. As questões ligadas à cidade, enquanto espaço urbano e um lugar de potência, são entendidas como algo além de uma edificação, engessado e fixo, portanto,

O desenho das ruas e das casas, das praças e dos templos, além de conter a experiência daqueles que os construíram, denota o seu mundo. É por isto que as formas e tipologias arquitetônicas, desde quando de definiram enquanto habitat permanente, podem ser lidas e decifradas, como se lê e decifra um texto (Rolnik, 1994, p. 17).

Outros fatores podem ser observados, como as formas com que a materialidade e o saber fazer são (re)atualizados nesses cenários, e, no caso brasileiro, salienta a riqueza e diversidade cultural – ainda que sua(s) existência(s) não sejam tão pacíficas e que sejam motivo de disputas, mesmo que silenciosas. Ao olhar para a arquitetura das paisagens culturais, no Brasil, é possível que presenciemos o ecletismo em forma de edificação, consoante Ana Meira (2008). No entanto, as mesclas e elementos que convivem não se comunicam, tampouco dialogam com a população, refletem um “ecletismo seletivo”. “A Arquitetura Moderna brasileira apresentou algumas particularidades em relação ao movimento internacional. Aqui houve uma contraposição à convenção representada pelo ecletismo, mas não à tradição, no sentido da transmissão” (Meira, 2008, p. 120).

Os espaços ocupados para a habitação dos sujeitos conjugam uma série de funcionalidades, por consequência, interações entre as populações. As formas de compartilhamento não se restringem apenas ao tempo presente, mas também a elos que se conectam a histórias, memórias e momentos dos grupos étnicos, muitas vezes, traduzindo-se na materialidade das edificações. Portanto, as construções traduzem marcas deixadas ao longo do tempo.

Fernando Catroga (2021, p. 26) frisa o papel dos monumentos e da materialidade enquanto emissor de memórias, destacado que

[...] também é verdade que, se o monumento é símbolo que espera a recordação, o seu significado mais radical só será apreendido se as suas conotações forem confrontadas, tanto quanto for possível, com o que elas também omitem e ocultam.

Por fim, entendemos que o mundo nos cerca com uma série de significados, dizíveis e indizíveis, a partir daquilo que está concretizado e também daquilo que está nos imaginários. As formas de transmissão desses elementos vão da oralidade aos sistemas educacionais que

perpetuam saberes locais, ou expandindo as fronteiras. Vale lembrar que nem sempre o material confere o estatuto de produtor e extrator de memórias, mas também as imaterialidades, o que compreende o patrimônio intangível.

Considerações finais

Na direção de uma breve e temporária conclusão, compreendemos como paisagem um espaço que enuncia o patrimônio junto às memórias, serve como um dos suportes para contar parte das narrativas historiográficas. Fazer a leitura dessas paisagens patrimoniais não é uma tarefa simples e rápida, é preciso pensar sobre o que está presente em nossa sociedade e passa por uma seleção daquilo que deve ser preservado e o que será deixado de lado.

Nessa perspectiva, pensamos e muitas vezes chegamos a compreender que as paisagens patrimoniais, em meio ao urbano que se consolida como o trânsito da civilização, adquiriu e adquire determinadas funcionalidades a fim de atender interesses de grupos particulares. Esses interesses, não raro, não estão comprometidos com a questão historiográfica, produção de saberes, valores estéticos, tampouco com a imortalização de narrativas e perpetuação de memórias.

Observamos que muitas expressões são deixadas de lado, por uma série de fatores que visam o caráter do capital e que acabam corroborando com o apagamento de determinadas matrizes, que têm um papel importante na composição da matriz étnica de nosso Estado-nação. Com efeito, têm-se a salvaguarda sob a égide do patrimônio material, que contempla as manifestações do visível e tangível.

Vale ressaltar que há avanços nas legislações, nos dispositivos que regulam os processos de tombamento e que acabam regulamentando e legitimando o patrimônio brasileiro, porém, trata-se de um movimento muito recente. Os primeiros passos ocorrem com otimismo, visando colher os frutos num futuro não muito distante, junto ao apoio dos sujeitos, e não apenas das macroestruturas governamentais, reforçando o papel cotidiano de espaços de educação que promovem a visitação, a salvaguarda e a difusão do saber em conjunto com espaços não-formais. Por fim, esperamos o fortalecimento de uma racionalidade que promova o patrimônio e memórias que nos são caras.

Referências

- BENEVOLO, Leonardo. **A cidade e o arquiteto**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1991.
- BRASIL. **Constituição Federal**. 1988. República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2021.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 6. ed. São Paulo: Estação Liberdade: Ed. UNESP, 2017.
- CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017.
- CHUVA, Márcia Regina Romeiro. Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil: uma perspectiva histórica, ética e política. In: CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Gilberto Ramos (orgs.). **Patrimônio Cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X FAPERJ, 2012.
- FRANCO, Francisco Carlos. **Educação, patrimônio e cultura local: Concepções e perspectivas pedagógicas**. Curitiba: CRV, 2019.
- FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. 2. ed. São Paulo, SP: Editora 34, 2009.
- GROPIUS, Walter. **Bauhaus: Novarquitectura**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.
- IPHAN. **Paisagem cultural**. 1992. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/899/>. Acesso em: 20 abr. 2025.
- IPHAN. **Paisagem cultural**: Verbete. 1992. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/82/paisagem-cultural>. Acesso em: 20 abr. 2025.
- LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: Ensaio de antropologia simétrica**. 4. ed. São Paulo: Editora 34, 2019.
- LE GOFF, Jacques. **História & memória**. 7. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.
- LE MOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2013.
- MEIRA, Ana Lúcia Goelzar. **O patrimônio histórico e artístico nacional no Rio Grande do Sul no século XX: atribuição de valores e critérios de intervenção**. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-210, 1992. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1941>. Acesso em: 18 mar. 2024.

RIBIERO, Rafael Winter. Paisagem Cultural. *In*: CARVALHO, Aline; MENEGUELLO, Cristina (orgs.). **Dicionário Temático de Patrimônio**: debates contemporâneos. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2020.

RICOUER, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

RICOUER, Paul. Entre o tempo vivido e o tempo universal: o tempo histórico. *In*: **Tempo e narrativa 3**: o tempo narrado. São Paulo: WWF Martins Fontes, 2010.

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos**: a sua essência e a sua origem. 1 ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Descolonizar**: abrindo a história do presente. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora; São Paulo: Boitempo, 2022.

SCIFONI, Simone. Desafios para uma nova educação patrimonial. **Teias**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 48, p. 5-16, 2017. DOI:<https://doi.org/10.12957/teias.2017.25231>.

Recebido em 19/11/2024 | Aceito em 26/03/2025



Esta obra está licenciada
conforme Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional